



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco

ANO 138 NÚMERO 3047 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA

SETEMBRO 2017 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Autárquicas são desafio para a direita

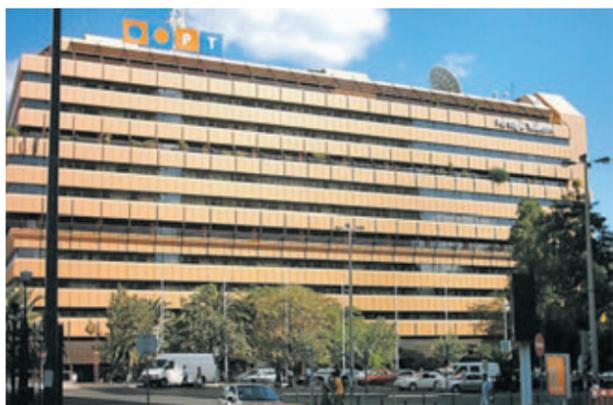


ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS 2017
1 OUTUBRO



Dia 1 de outubro, os eleitores portugueses regressam às urnas para eleger câmaras e assembleias municipais e assembleias de freguesia. O resultado deste ato eleitoral adivinha-se como um teste à direita, numa altura em que a nova fase legislativa não se encontra

ainda desgastada. É também à direita que mais listas de grupos de cidadãos eleitores (ditas independentes) concorrem, numa eleição particularmente fulanizadas. De resto, não são esperadas grandes alterações no mapa político autárquico. **págs. 6 e 7**



TVI

A PT/MEO, detida pela Altice, anunciou a compra da TVI. O negócio, a concretizar-se, traduzir-se-á na maior concentração de meios de comunicação em Portugal e está a gerar apreensão entre os trabalhadores do canal televisivo, tanto mais que a Atice acaba de ser condenada pela Autoridade para as Condições de Trabalho por práticas ilegais e abusivas dos direitos dos trabalhadores. **pág. 12**



Racismo

Numa condenação inédita, o Ministério Público pediu penas de prisão efetiva para 18 agentes da PSP da Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, em Alfragide. Em causa está o brutal espancamento de seis jovens residentes no bairro Cova da Moura (Amadora), que o Ministério Público considera terem sido alvo de racismo por parte dos agentes policiais. **pág. 13**



Entrevista Mário Nogueira

No início de mais um ano letivo as escolas têm professores, mas persistem muitas outras faltas. Mesmo assim, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tranquiliza pais e encarregados de educação, assegurando que “os professores estão preparados” para dar início ao novo ano escolar. Mário Nogueira elenca um conjunto de necessidades e explica que o atual Executivo PS não prosseguiu a política de cortes orçamentais na Educação, porém, ainda não repôs verbas. **págs. 8 e 9**

**Salário mínimo
n'A Voz sobe
para 600€/mês** **pág. 5**



Catalunha

No dia 17 de agosto, um suposto atentado terrorista fez 24 vítimas mortais em Barcelona. Entretanto, o governo central espanhol exige à polícia autonómica (Mossos d'Esquadra) que destrua as urnas, para impedir o referendo à independência da Catalunha marcado para dia 1 de outubro. Há quem não tenha dúvidas: isto anda tudo ligado. **pág. 14**

Reforçar o Poder Local Democrático, melhorar a vida das populações

O Poder Local Democrático é uma das principais conquistas do 25 de Abril e um dos traços caracterizadores do nosso regime democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Constituinte uma das maiores transformações democráticas resultantes da Revolução, deu um enorme e incomparável contributo para a modernização e o desenvolvimento local, regional e nacional, transformando as autarquias num instrumento decisivo para a melhoria das condições de vida das populações e um motor do desenvolvimento económico, social e cultural, ao mesmo tempo que contribuiu para atenuar as assimetrias regionais.

As autarquias locais, para além de propiciarem a participação cívica e política de milhares de cidadãos, têm igualmente um papel muito importante no apoio ao movimento associativo, com o qual estabelecem parcerias para intervenção nas mais diversas áreas, designadamente sociais, culturais e desportivas.

A direita nunca viu com bons olhos este desenvolvimento do poder local, que teve como matriz o envolvimento das populações na procura de soluções para a resolução dos seus problemas e por isso os seus governos perpetraram uma série de medidas visando a sua asfixia financeira, a perda de autonomia política e administrativa e o afastamento dos cidadãos dos centros de decisão.

Neste sentido, avançaram com a extinção de freguesias, processo em que o PS foi pioneiro em Lisboa e continuam a preconizar a revisão das leis eleitorais para os órgãos do poder local, com o objetivo de, em total desrespeito pela democracia, criar maiorias artificiais e dar ao Presidente, mesmo que eleito em minoria, todos os poderes para decidir a seu belo prazer a política da autarquia.

Para atingir os seus intentos, a direita vem fazendo uma grande campanha com o objetivo de denegrir as autarquias (confundindo com o todo, um ou outro mau exemplo, exatamente de gestão de direita), acusando-as de grande desperísimo. Os números oficiais demonstram a falsidade desta campanha, que propositadamente esconde que a percentagem do investimento levado a cabo pelas autarquias, no conjunto do investimento público nacional, é incomparavelmente

superior ao seu peso no total das despesas do Estado.

É evidente que não foram os aspetos de natureza económica que motivaram a extinção de freguesias, dado o seu diminuto peso no Orçamento do Estado, mas sim o empobrecimento do regime democrático. Os eleitos locais dão voz aos anseios e às reivindicações das populações, realidade que se pretende liquidar.

A defesa do Poder Local Democrático, incluindo a reposição das freguesias extintas, constitui um elemento determinante para a preservação do regime democrático conquistado com o 25 de Abril. Compete-nos a todos lutar pela manutenção das suas características distintivas, designadamente a participação dos cidadãos, o seu carácter plural, colegial e democrático, a sua efetiva autonomia administrativa e financeira (recuperados os meios e condições a que tem constitucionalmente direito), ocupando um importante lugar na organização democrática do Estado.

No próximo dia 1 de outubro vamos ter eleições autárquicas, as quais, entre outros aspetos, deverão constituir um momento de afirmação do Poder Local Democrático.

São eleições muito importantes para o nosso futuro, para o futuro do nosso bairro, da nossa freguesia ou da nossa cidade. Permitem a escolha das políticas e das pessoas que melhor vêm ao encontro da resolução dos problemas das populações, na defesa dos serviços públicos.

Mas são igualmente determinantes para o futuro do nosso país, devendo constituir um sinal claro de que o rumo de progresso e desenvolvimento passa por uma efetiva rutura com a política de direita e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Importa pois votar em quem tem reconhecidamente um percurso de honestidade e competência, votar em quem apresenta soluções e com o seu trabalho pretende resolver os problemas das populações, para dar mais voz à defesa do povo e dos seus direitos, para dar mais força na luta por uma vida melhor num Portugal com futuro.

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Editorial

Eleições e OE 2018

Eleições autárquicas e Orçamento do Estado (OE) para 2018 marcaram as *reentrées* políticas dos partidos com assento parlamentar.

No dia 1 do mês em que o Executivo de António Costa tem de apresentar o OE à Assembleia da República, os portugueses são chamados a eleger os órgãos municipais de 308 concelhos e 3.092 assembleias de freguesia. Sem grandes mudanças expectáveis no mapa político autárquico, as autárquicas 2017 assumem-se sobretudo como um teste à popularidade da direita frente à nova fase legislativa.

Que a direita se preocupa com o resultado do ato eleitoral do próximo dia 1 é um facto. Tanto que foi buscar o ex-primeiro ministro e ex-Presidente da República para ministrar uma aula na universidade de verão social-democrata. Cavaco, em mangas de camisa, recheou o discurso de brejeirada para, *again and again*, sentenciar até de morte os compromissos assumidos pelo PS com os partidos de esquerda, que lhe têm permitido governar sem maioria parlamentar.

Quem esperava ouvir do “senhor Silva” uma referência ao facto do produto interno bruto (PIB) português ter crescido 2,8% no primeiro trimestre de 2017 ficou decerto desapontado. O professor de finanças passou ao lado, provavelmente por não saber como explicar este crescimento do PIB quando tanto vociferou contra os perigos de aumentar o salário mínimo nacional.

Notícias indicam o dia 13 de outubro como data para a entrega pelo Governo do OE 2018, no Parlamento. Algumas medidas conhecidas são animadoras como o regresso do passe social sub-23, proposta do Partido Ecologista “Os Verdes” que o Executivo central aceitou.

No entanto e mais uma vez, enquanto António Costa conversa com a esquerda parlamentar surgem as pressões externas. A mais recente veio da famosa “agência de rating” Moody’s que reconhecendo que “Portugal tem demonstrado um nível muito significativo de força institucional e está prestes a tornar-se num caso de sucesso entre os países que foram alvo de resgate financeiro”, acrescentou: “obviamente existem riscos orçamentais e estamos a acompanhar com muito interesse as atuais negociações do Orçamento do Estado de 2018”.

O suficiente para que a esquerda parlamentar reagisse afirmando que “não aceita pressões”.

Do pouco que ainda se conhece do OE 2018, destaca-se nova subida do salário mínimo nacional para 580 euros e o alargamento progressivo dos escalões do IRS, o que aliviará a carga fiscal sobre as famílias de mais baixos rendimentos.

A.G.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
EDITORA EXECUTIVA Ana Goulart
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Cátia Rodrigues, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Lina Seabra-Diniz, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Rego Mendes
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 4.000 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



Escolas d'A Voz do Operário

Abertura do ano letivo 2017/18



A abertura do ano letivo começou no dia 7 e termina no 20. Cada espaço educativo (Graça, Ajuda, Restelo, Laranjeiro, Baixa da Banheira e Lavradio) e cada ciclo de ensino (creche, pré-escolar, 1.º

e 2.º ciclo) tiveram o seu momento.

As sessões foram pautadas pela apresentação dos professores, educadores, auxiliares, pela apresentação do espaço, pela apresentação do mé-

todo do Movimento da Escola Moderna (MEM) e ainda pela apresentação das novidades curriculares para o ano letivo de 2017/18. Como grande novidade para este ano destacam-se as altera-

ções introduzidas ao nível do 2.º ciclo, no sentido da não distinção por turmas entre 5.º e 6.º ano e ainda num progressivo afastamento do uso exclusivo de manuais.

Dia 4 de outubro n'A Voz Tributo a Violeta Parra



A 4 de outubro de 2017 será o centenário do nascimento de Violeta Parra e o grupo El Sur, juntamente com Sociedade A Voz do Operário, vai celebrar a efeméride, homenageando a cantora e cantando a sua música.

Violeta Parra (1917-1967) foi compositora, cantora, artista plástica e ceramista chilena, considerada a mais importante folclorista e fundadora da música popular chilena. A artista é

considerada a mãe da canção comprometida com a luta dos oprimidos e explorados, tendo sido autora de icónicas canções, como a canção *Volver a los 17* e *La Carta* onde constam os versos “os famintos pedem pão; chumbo lhes dá a polícia”.

Nas palavras do grupo El Sur: “será um brinde a Violeta Parra e à herança que mudou para sempre a música da América Latina e do mundo.”



Movimento da Escola Moderna

Princípios orientadores do nosso trabalho pedagógico

O modelo do MEM é um modelo sociocêntrico, uma vez que o desenvolvimento das competências evidencia-se na ação, na participação democrática e na organização de estruturas de cooperação educativa. O conhecimento vai sendo construído com o educador/professor e as crianças.

Trata-se de um modelo que realça a “construção da formação democrática na escola, através de sub-sistemas de circulação dos saberes, de cooperação educativa do trabalho de aprendizagem, e de participação democrática, na organização social das aprendizagens curriculares”. (Niza, 1998, p.77)

O que sustenta o nosso modelo pedagógico é a cooperação, a comunicação e o diálogo para aprender. As atividades cooperadas são atividades que permitem que as crianças trabalhem juntas para realizarem objetivos partilhados de aprendizagem. A linguagem é o meio que opera a transformação e permite que a criança construa e organize o seu pensamento. Esta cultura de cooperação vê-se em vários momentos da nossa rotina diária, e o educador deve estar plenamente consciente da importância que a linguagem desempenha nos diversos momentos do dia.

As perspetivas socioculturais de aprendizagem, inspiradas no trabalho de Vygotsky, atribuem à cultura e à linguagem, um papel central na formação da mente humana. Vygotsky diz-nos que a aprendizagem é um processo social e cultural complexo, organizado, especificamente humano, universal e necessário ao desenvolvimento. Sendo assim, a aprendizagem deixa de ser um processo individual, para ser social e facilitadora dos outros.

Neste contexto, acreditamos que qualquer função no desenvolvimento das crianças, aparece em dois planos. Primeiro, aparece no plano social, isto é, no diálogo e na interação com os outros, e depois no plano psicológico, ou seja, na competência individual.

“No desenvolvimento cultural da criança, todas as funções ocorrem duas vezes: primeiramente, a nível social e, mais tarde, a nível individual, em primeiro lugar entre pessoas (interpsicologicamente), e depois no interior da criança (intrapsicologicamente) (...). Todas as funções superiores têm origem nas relações existentes entre os seres humanos”. (Vygotsky, 1978, citado por Folque, p. 68).

Nesta perspetiva, o conhecimento tem origem social, pois constrói-se por meio de uma atividade conjunta. Os processos de trabalho e as produções são partilhados, permitindo que as crianças se tornem autoras. Assiste-se, assim, à construção social dos saberes, pois é através das interações sociais que a criança modifica, altera e evolui na sua forma de pensar e agir. Torna-se, assim, fundamental para a aprendizagem, o envolvimento ativo das crianças na

planificação e avaliação, pois consideramos a criança como agente do processo educativo.

No nosso modelo pedagógico, as crianças participam nas decisões sobre o currículo, isto é, as crianças fazem propostas e planeiam como as vão pôr em prática e com quem. Prever o que vão fazer e tomar consciência do que foi realizado, permite que as crianças tomem consciência de si como aprendentes, e desenvolvam a sua curiosidade e desejo de aprender. É a democracia do grupo. O que permite esta participação democrática direta das nossas salas é o Conselho de Cooperação. É em Conselho que as crianças planeiam, regulam, acompanham e geram as suas aprendizagens.

Outro aspeto importante a que Vygotsky deu destaque foi a ajuda que uns dão aos outros, no decorrer do processo de construção compartilhada das aprendizagens. Os irmãos Johnson e Johnson (1999) consideram que a aprendizagem cooperativa acontece quando os alunos trabalham juntos para alcançar objetivos comuns. Isto permite, em primeiro lugar, ajudar a elevar o rendimento de todos os alunos, tanto os que não têm dificuldades, como os que têm dificuldades em aprender. Em segundo lugar, possibilita ajudar as crianças a estabelecerem relações positivas entre elas, onde se valorize a diversidade. E, em terceiro lugar, proporciona às crianças, as experiências necessárias para atingirem um saudável desenvolvimento social, psicológico e cognitivo.

O modelo pedagógico do MEM assenta numa organização onde os pares se apoiam uns aos outros e a linguagem ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento da nossa ação educativa. O que é favorecido é a diferença do que cada criança é capaz de fazer sozinha e o que é capaz de realizar com a ajuda de um colega mais competente. Os educadores e professores estruturam a participação das crianças, de maneira a que a sua responsabilidade e autonomia sejam, progressivamente, maiores. A sua organização assenta em três pilares fundamentais: o da organização do espaço e dos materiais educativos, a da organização do tempo de aprendizagem, e o do sistema de pilotagem.

Tendo por base este enquadramento teórico, consideramos que a aprendizagem parte da participação em atividades culturalmente relevantes e significativas, respeitando as diferenças entre as crianças, os seus interesses, ritmos e estilos de aprendizagem e desenvolvimento. Entendemos, assim, que a aprendizagem é algo que se constrói, automatiza e permanece, mas é sempre entendida como algo que se interioriza, a partir da interação com os outros.

Ana Sousa e Sofia Silva

Coordenação Pedagógica do Pré-Escolar
(Espaço Educativo da Graça)



saúde

Coma com moderação

Já reparou, com certeza, que por vezes, sobretudo quando se sente mais nervoso, só tem vontade de petiscar o dia todo! Pois é, deve ter em conta que isso é mau para a sua saúde e deve controlar-se.

Vou dar algumas sugestões para tentar controlar essa tendência.

Quando for às compras, leve uma lista feita com o que precisa realmente, pois se não acaba por comprar o que não deve. O facto de se ouvir repetidamente anúncios na televisão com imagens apelativas sobre certos produtos, quando se chega ao supermercado a tendência é comprá-los mesmo quando não precisa. A visão desses produtos excita a zona do cérebro relacionada com as recompensas.

Não tenha na sua despensa muitos doces, bolachas, bolos, dado que quando está com ansiedade e vai à despensa a tendência é comer desalmadamente essas coisas.

Quando a pessoa está com ansiedade as hormonas do stress estimulam os recetores das papilas gustativas, aumentando a vontade de comer.

Uma coisa que dá resultado para não comer desalmadamente é tentar beber líquidos, como água e chá.

Beba café moderadamente. O café diminui muitas vezes a vontade de comer, porém estimula as glândulas suprarrenais produzindo mais cortisol, hormona do stress.

Evite o excesso de açúcar e cuidado com os edulcorantes (adoçantes) que também têm as desvantagens.

Não repita a refeição, coma devagar e mastigue bem os alimentos, verá que isso só lhe faz bem à saúde.

Lina Seabra-Diniz

Médica

Instalações educativas Espaços melhorados

A interrupção letiva de verão foi, como habitualmente, aproveitada para realizar diversas obras de melhoria dos espaços educativos. No espaço educativo da Graça, por exemplo, o piso do recreio/campo de jogos foi totalmente substituído por outro em material antiderapante, por forma a diminuir o risco de quedas.



Salários Salário mínimo n'A Voz sobe para 600€/mês

A Direção da Sociedade A Voz do Operário decidiu aumentar o salário mínimo praticado na Instituição para os 600 euros, valor, aliás, que corresponde ao valor reivindicado para 2018, pela CGTP-IN.

Entretanto, a Direção decidiu ainda proceder a uma revisão salarial geral, com um acréscimo de 1,5% em todos os salários, a partir de 1 de janeiro do próximo ano.

Recorde-se que, mesmo no decurso da última década em que a generalidade dos trabalhadores portugueses não viu os seus salários aumentados, a SIB A Voz do Operário procedeu a seis aumentos salariais.

Tributo à canção nacional Revista Fado n'A Voz

Ao completar 138 anos de publicação ininterrupta, *A Voz do Operário* – título da imprensa operária com mais anos de publicação – decidiu dedicar uma edição especial, em formato revista, à ligação entre a Sociedade A Voz do Operário e o Fado. Uma ligação estreita, iniciada ainda antes da Implantação da República, que não só se manifestou

e manifesta em inúmeras iniciativas em que participam fadistas, como nos muitos autores que nas suas páginas publicaram poemas, defenderam o Fado quando este era encarado como género musical marginal e com isso ajudaram a elevar e dignificar a canção nacional por excelência, nascida no seio das classes trabalhadoras.



A revista será distribuída gratuitamente com a edição de outubro de *A Voz do Operário*

Teste às forças de direita

No dia 1 de outubro, o País vai a votos para eleger 308 câmaras e assembleias municipais e 3.092 assembleias de freguesia. Das autárquicas deste ano alguns factos sobressaem, desde logo as candidaturas de ex-autarcas julgados e condenados por práticas ilegais enquanto eleitos, o número de candidaturas ditas “independentes” que cresceu em vários municípios e o teste às forças de direita, quando a nova fase legislativa ainda não se apresenta desgastada.



Enquanto as máquinas partidárias desenvolvem a campanha eleitoral, os eleitores assistem ao regresso à “política ativa” de ex-autarcas condenados em processos judiciais: Avelino Ferreira Torres (que deixa o concelho de Marco de Canavezes para concorrer à Câmara Municipal de Amarante), Valentim Loureiro (Gondomar) e Isaltino Morais (Oeiras). Os três foram autarcas em (pro)blemáticos nos seus concelhos, foram condenados judicialmente, acusados de populismo e forçados a abandonar a política (em circunstâncias diferentes) e agora estão de re-

gresso, não pelo partido por que foram anteriormente eleitos – o PSD – mas em listas de grupos de cidadãos eleitores (GCE’s), também apelidadas de “independentes”.

Fátima Felgueiras, ex-autarca do concelho de Felgueiras, eleita pelo PS e igualmente condenada em processo judicial – o caso do “saco azul” – também tentou a recandidatura, mas o seu partido negou-lhe a hipótese de voltar a concorrer e Fátima, ao contrário de Valentim, Avelino e Isaltino não avançou.

Outro autarca socialista, Narciso Miranda, afastado da presidência da

Câmara Municipal de Matosinhos não por qualquer condenação judicial, mas pela lei de limitação de mandatos, também viu o PS negar-lhe o apoio a nova candidatura. Narciso decidiu avançar por conta e risco e tornou-se assim a candidatura mais evidente dos socialistas convertidos em independentes.

Crescem os grupos de cidadão eleitores

As candidaturas de “grupos de cidadãos eleitores” tornaram-se possíveis em 2009, com a alteração legislativa

introduzida. Nesse ano, apresentaram-se pouco mais de uma centena de listas de GCE’s às ainda 4.260 freguesias e a 54 câmaras municipais, tendo estas ganho a presidência de sete municípios. Quatro anos depois, cerca de 200 assembleias de freguesia tinham candidatos “independentes” e 84 câmaras municipais também, com os GCE’s a conquistarem 13 mandatos, no todo nacional, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, assumindo o quarto lugar na lista das presidências de município, bem à frente do CDS com cinco e do Bloco de Esquerda que não conquistou em 2013 qualquer câmara municipal.

Em 2017, há 83 candidaturas a câmaras municipais de GCE’s; menos uma do que há quatro anos, mas agora em concelhos de muito maior dimensão e várias num único concelho. Veja-se o exemplo de Oeiras, com três listas de “independentes”, duas das quais protagonizadas por ex-autarcas do PSD. Na região autónoma da Madeira, de uma candidatura de GCE’s, em 2013, há agora mais três, todas de ex-militantes do PSD.

Aliás e de acordo com o *Diário de Notícias*, das 76 candidaturas “independentes” existentes no continente, “pelo menos 43 - isto é, 56% - têm origem em dissidências partidárias. Trinta e três são candidaturas que se podem qualificar como genuinamente independentes. A mais relevante será a de Rui Moreira, no Porto”.

As candidaturas de GCE’s na Região Autónoma da Madeira também resultam de “dissidências partidárias” do PSD, enquanto a única registada na Região Autónoma dos Açores – município da Calheta, ilha de São Jorge – recebe o apoio do PS.

Ainda segundo o *DN*, “os distritos campeões em candidaturas independentes são os do Porto (nove candidaturas) e Leiria e Braga (oito, cada). No caso do Porto, só duas (Porto e Santo Tirso) se poderão qualificar como realmente independentes; todas as outras são dissidentes (três do PSD e quatro do PS). Em Braga, o panorama é pareci-

do: um movimento independente, sete dissidentes (cinco do PS, dois do PSD); em Leiria, é mais equilibrado: quatro independentes e quatro com origem partidária, com origens no PSD e no PS mas também no PCP (Peniche)”.
Só há duas capitais de distrito com presidentes eleitos em GCE's: além de Rui Moreira, no Porto, há o caso de Adelaide Teixeira, em Portalegre.

Dos partidos com assento parlamentar, o PCP (que se apresenta como habitualmente em coligação – CDU - com o PEV) é o que mais resiste no que toca a dissidências. Este ano, para além de Peniche regista ainda outra na Vidigueira, com o principal responsável do partido pelo trabalho autárquico, Jorge Cordeiro, a considerar que as candidaturas independentes não são “poço de virtudes em contraste com as malévolas intenções de candidaturas partidárias. Com as devidas e respeitadas exceções que possam existir, o que o rasto destas candidaturas revela é o seu uso para dar expressão a coligações disfarçadas, abrigo para candidatos partidários desavindos com o seu

partido, veículo para projetos de poder económico ou montra de ambições pessoais”, em artigo publicado no mês de março no *DN* e agora recordado.

Que esperar à direita?

Claramente, o PSD é o partido mais penalizado com as listas de grupos de cidadãos eleitores, ou seja, com o maior número de candidatos dissidentes das suas hostes. Após as autárquicas de 2013, em que se apresentou em coligação com o CDS em mais de uma centena de municípios, o PSD perdeu o lugar cimeiro que havia conseguido quatro anos antes e passou a ocupar o segundo lugar da tabela em número de votos e mandatos (ver quadro na página 7).

Após as autárquicas de 2013, das 308 câmaras municipais, 150 ficaram com presidência do PS, 106 do PSD (20 das quais em coligação com o CDS e outros), 34 da CDU, 13 independentes e cinco do CDS.

Por distritos, antes de 2013, o PSD detinha a presidência da maioria das câmaras municipais em oito (assim como

na RA Madeira), o PS em seis (e também na RA Açores) e a CDU em dois. Após as últimas autárquicas, a realidade alterou-se com o PS a ser a força mais votada em oito distritos e o PSD em seis, mantendo-se a CDU em dois.

No quadro publicado na página 7, para a soma dos votos depositados nos seis partidos com representação parlamentar (o PAN não foi considerado, uma vez que teve uma reduzidíssima expressão eleitoral nas autárquicas 2013) apenas foram considerados os que serviram para eleger executivos municipais. No que toca ao total de mandatos conseguidos por cada força política foram considerados todos, isto é, os obtidos para câmaras e assembleias municipais e assembleias de freguesia.

Do apuramento realizado por *A Voz do Operário* constata-se ainda a dificuldade de distribuir votos e mandatos pelo PSD e pelo CDS, uma vez que em mais de uma centena de municípios concorreram coligados, porém nos outros não. Daí terem-se atribuído ao PSD todos os votos e mandatos obtidos

pelas coligações PSD/CDS. Tal inflaciona, naturalmente, os votos dos social-democratas e eventualmente prejudica a contagem do CDS, porém, uma leitura mais fina dos números permite perceber que os populares aparecem em coligação nos distritos onde têm menor expressão eleitoral – excetuando Lisboa e Porto –, pelo que se optou por manter o critério.

Dos resultados obtidos pelos seis partidos com assento parlamentar nas autárquicas de há quatro anos (e que se inscrevem para memória futura) não é de esperar grandes alterações nas autárquicas de 1 de outubro. O PS deverá continuar a liderar a soma de votos e mandatos, seguido pelo PSD e a CDU permanecerá como terceira força mais votada, porém, é previsível que o PSD, mais do que o CDS, possa ver diminuídos os seus votos e mandatos. Para este partido, sob a liderança de Pedro Passos Coelho, as próximas eleições autárquicas constituem um teste. Até à popularidade do líder.

Ana Goulart

Votos e Mandatos obtidos - Autárquicas 2013

Distritos	PS		PSD		PCP + PEV		CDS		BE	
	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos	Votos	Mandatos
Aveiro	117 567	689	134 322	1 655	14 199	36	25 463	136 (2)	7 796	7 (1)
Beja	36 719	426	6 983	40	31 388	392	51	0 (1) (2)	704	1 (1)
Braga	190 834	1 466	205 578	1 440	24 159	83	7 954	30 (2)	4 518	4 (1)
Bragança	33 851	800	41 413	666	1 807	9	4 653	95 (2)	1 044	2 (1)
Castelo Branco	46 332	582	31 153	384 (3)	6 861	36	2 819	23 (2)	1 170	1 (1)
Coimbra	86 470	849	75 178	708	16 080	111	3 966	11 (2)	2 244	8 (1)
Évora	27 763	358	8 960	61	31 041	332	550	1 (1) (2)	991	3 (1)
Faro	65 462	499	57 031	422	20 960	110	1 294	18 (1) (2)	7 711	31 (1)
Guarda	43 379	883	45 905	938	3 288	33	2 441	32 (2)	867	2 (1)
Leiria	72 307	514	76 353	676	18 640	92	15 060	93	3 883	5 (1)
Lisboa	289 163	1 009	184 492	682	133 165	445	6 861	23 (2)	26 148	64 (1)
Portalegre	28 369	406	13 507	231	11 015	171	3 031	17 (1) (2)	658	2 (1)
Porto	317 012	1 367	283 986	1 192	49 708	137	13 710	28 (2)	23 639	23 (1)
Santarém	84 010	765	57 819	529	30 285	263	4 446	21 (2)	8 424	42 (1)
Setúbal	79 293	350	36 041	118	125 885	561	5 834	10 (2)	16 579	44 (1)
Viana Castelo	55 151	618	45 635	683	8 031	44	19 019	170	0	0 (1)
Vila Real	54 937	772	59 117	784	6 043	12	3 560	11 (1) (2)	591	0 (1)
Viseu	85 094	1 124	93 471	1 377	6 043	16	9 044	86 (2)	2 608	4 (1)
RA Madeira	36 215	205 (4)	47 121	367	7 063	17 (1)	34 245	158 (2)	518	0 (1)
RA Açores	55 840	868	51 186	719	2 300	11 (1)	2 876	32 (2)	965	2 (1)
Totais	1 805 768	14 550	1 555 251	13 672	546 183	2 911	166 877	995	111 058	245

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

- (1) Não concorreu a todas as câmaras municipais
- (2) Concorreu em coligação a um ou mais municípios
- (3) Concorreu em coligação com um ou mais partidos
- (4) Concorreu a um município em coligação com o BE

Mário Nogueira - Secretário-geral da Federação Nacional dos Professores

“Este Governo estancou os cortes na Educação, mas não recuperou as verbas”

Os últimos anos não têm sido fáceis para a Educação em Portugal. E ao iniciar-se novo ano letivo, levantam-se sempre angústias, até porque, como afirma Mário Nogueira, os problemas de fundo continuam por resolver. Mesmo assim, o secretário-geral da Fenprof deixa uma mensagem de tranquilidade a pais e encarregados de educação, “nas escolas, os professores, com todas as dificuldades, com todas as adversidades, sacrificando-se acabam por resolvê-las, sentindo que esse é também o seu papel”.



Como decorre a colocação de professores, num ano letivo que se iniciou mais cedo?

Há ainda algumas situações por resolver, mas de uma forma geral as escolas começam a funcionar com a esmagadora maioria dos professores que nelas vão trabalhar colocados. Agora a questão da colocação dos professores continua a ser feita de um modo profundamente injusto e que, mais uma vez, está a provocar situações de contestação por parte dos professores e que têm a ver com o facto de terem sido colocados muito afastados das suas áreas de residência, o que cria instabilidades que se refletem no próprio desempenho profissional e no trabalho das escolas. Até porque não são propriamente jovens de 20 e tal anos – que aliás e infelizmente, já não há nas escolas –, mas pessoas de 40, 50 anos de idade que continuam sem conseguir entrar no quadro de uma escola.

Mas têm trabalho, são colocados.

É evidente que haverá sempre um ou outro que terá de ficar mais afastado da sua área de residência. A questão que se coloca é a de saber qual o critério de justiça que existe. Normalmente, os professores com maior graduação que são os primeiros a ser colocados conseguem uma maior proximidade à residência. Este ano, a forma como o Ministério da Educação procedeu criou algumas subversões no processo de colocação que ainda estão a dar alguma discussão.

Os professores estão todos colocados?

O Ministério na passada quinta-feira [dia 7 de setembro] colocou mais 20 mil professores, o que também mostra bem que há aqui um desajustamento. Quando a uma semana do início das aulas ainda é necessário colocar 20

mil professores demonstra bem a instabilidade de que é vítima o corpo docente. Esses professores já deviam ter sido colocados há muito mais tempo.

E há professores que não vão ser colocados?

Sim. O nível de desemprego é elevadíssimo. São cerca de 26 mil os professores que ficam por colocar. E o mais grave é que boa parte desses professores são necessários às escolas porque o Ministério da Educação – e isto e infelizmente não é de agora, vem de trás e de vários governos – ao invés de satisfazer as necessidades das escolas apenas pensa nas aulas, em garantir que as turmas têm aulas. Porém, o que acontece é que a escola tem muito mais do que apenas as aulas. Tem atividades em que se procura que os alunos se envolvam, tem processos específicos de combate ao insucesso escolar, tem, este ano, o chamado processo da flexibilização curricular.

Ou seja, são exigidas novas respostas que não apenas as aulas. Este Governo propõe, incentiva a que as escolas desenvolvam essas outras atividades, mas no que toca a colocar professores não o faz pensando nessas novas respostas, coloca-os tendo como referência o tempo de aulas. Claro que permite no quadro da dita autonomia das escolas que estas desenvolvam as atividades, embora informe que para as desenvolver não podem contratar mais ninguém. Ora se os recursos que as escolas possuem estão à conta para as aulas, as escolas tomam a decisão e depois não a concretizam ou concretiza-a sobrecarregando os professores que têm.

O que é um problema?

Evidentemente. A não concretização dos projetos, dos programas, das atividades decorre não do facto de não haver recursos, porque há os tais 26 mil que continuam no desemprego. Diria que recursos não faltam para que as escolas possam desenvolver toda a atividade que se lhe exige. O que falta e tem faltado é a determinação política para que as escolas possam contar com esses recursos que existem e que são desperdiçados.

Atendendo às alterações curriculares que vão vigorar este ano letivo, o que se pode esperar?

Há dois projetos que vão ser desenvolvidos este ano letivo, o projeto de inovação pedagógica e que trata de aprofundar os currículos e a sua aplicação e depois há um projeto, em que estão envolvidas cerca de 200 escolas, chamado flexibilização curricular. Este projeto permite às escolas decidirem o número de horas atribuídas a cada uma das áreas, das disciplinas e a forma como cada uma gere o próprio currículo e isso está a gerar também algumas dificuldades. Porque se por um lado as escolas podem gerir esta flexibilização e por outro não podem contratar mais professores, todos estes processos ficam a cargo dos professores que estão nas escolas e que já se queixam da sobrecarga horária que têm. Creio que nalguns sítios, a imposição de mais e novas atividades, vai levar a que algumas escolas comecem a privilegiar umas matérias curriculares em detrimento de outras.

Daí que a Fenprof exija mais professores nas escolas?

Não se pode apenas querer ou exigir às escolas que deem mais respostas, que possam desenvolver atividades que envolvem alguma especificidade, quando os meios que estas têm são insuficientes. Portanto há que exigir ao Governo que o Orçamento para a Educação seja revisto. Com o anterior Governo tivemos cortes sucessivos no Orçamento da Educação – mais de dois mil milhões de euros em quatro anos – e sendo verdade que este Governo estancou o corte (dificilmente poderia continuar dado que não havia mais nada para cortar), não inverteu a situação. Ou seja, estancou sem recuperar para a Educação verbas que lhe tinham sido retiradas. Estagnou e a própria Educação ressentiu-se disso. Podemos criar todos os projetos, a flexibilização curricular, enfim seja o que for, no entanto se não houver um verdadeiro investimento no sentido das escolas poderem contar com mais recursos, de docentes mas não só, administrativos, assistentes operacionais, psicólogos ficamos na mesma. Isso não aconteceu até

agora e vamos ver o que vai acontecer com o Orçamento do Estado (OE) para 2018, uma vez que ainda estamos a trabalhar com o OE 2017.

Dados indicam que há uma redução da população em idade escolar. É mesmo assim?

Não é uma verdade absoluta. Em primeiro lugar, sendo verdade que há menos alunos nos anos iniciais, também é verdade que com o ensino obrigatório até ao 12.º ano há outros ciclos onde aumentou. Foi precisamente essa meia verdade que o Governo anterior aproveitou para reduzir o número de professores. Se há menos alunos, então há menos professores, há menos investimento. Portanto, não é assim, diria que, nos últimos dez anos, o número de alunos nas escolas reduziu-se em cerca de 10% e no mesmo período de tempo, o número de professores reduziu-se em quase 30%. Logo dois terços desta redução nada teve que ver com a existência de menos alunos, mas sim com medidas e políticas deliberadas com o propósito de provocar uma redução das despesas em recursos humanos (como dizem os economistas) e reduzir o peso

de dificuldades, inclusive nas próprias aprendizagens dos alunos – ainda recentemente o ministro destacava o aumento de alunos no ensino superior e destacava igualmente o aumento das médias de entrada desses alunos –, o insucesso escolar tem vindo a reduzir-se. Se poderíamos ir mais longe? Podíamos. Sem dúvida nenhuma.

O que não é responsabilidade dos professores.

Nas escolas, os professores, com todas as dificuldades, com todas as adversidades, sacrificando-se acabam por resolvê-las, sentindo que esse é também o seu papel. O que mais poderá tranquilizar os pais e encarregados de educação é saberem que, independentemente dos problemas, os professores estão preparados. Naturalmente, no início de cada ano letivo, os problemas notam-se mais, uma vez que este é marcado sempre por um momento em que as escolas querem iniciar a sua atividade e os problemas são mais visíveis. Se uma escola abre as portas julga-se que está tudo bem, mas ainda faltam



da Educação no OE. Quando refiro a redução de dois mil milhões de euros com a Educação feita pelo anterior Governo, 70% dessa quebra foi à custa de cortes em recursos humanos. Este Governo ao manter os Orçamentos mais ou menos como estavam acabou por não resolver os problemas, limitando-se simplesmente a geri-los. E como é sabido, isto pode fazer-se durante um determinado período de tempo, depois começa-se a criar mais problemas.

No início de cada ano escolar, e até atendendo ao que se verificou nos últimos anos, pais e encarregados de educação sentem alguma intranquilidade. Que pode o sindicalista Mário Nogueira dizer para os tranquilizar?

Os pais e encarregados de educação não têm de estar intranquilos com o início de cada ano escolar, porque apesar de tudo o que os ministros, os governos, as polí-

tas coisas, verifica-se que o número de assistentes operacionais é insuficiente, que os apoios para os alunos com necessidades educativas especiais tardam. Porém, o ano começa a rodar e os problemas sem terem sido resolvidos acabam por ser absorvidos pelo próprio ritmo de trabalho. E para dar um exemplo: o Ministério da Educação tinha verbas no OE 2017 para o reforço do número de assistentes operacionais e era expectável que quando o ano letivo se iniciasse estes funcionários já estivessem nas escolas. Para isso o concurso deveria ter sido aberto em abril, maio, para dar tempo a concluir todo o processo. Pois bem, foi no dia 1 de setembro que se anunciou a abertura do concurso para mais 1.500 assistentes operacionais. E tem sido assim porque não há políticas de fundo que deem resposta atempadamente aos problemas das escolas.

Ana Goulart

Em movimento por uma vida melhor

Ecolojovem acampa em Monsanto



Com a defesa do poder local democrático e as eleições autárquicas do próximo dia 1 de outubro como pano de fundo, a Ecolojovem (organização juvenil do Partido Ecologista “Os Verdes” – PEV) realizou, entre 24 e 27 de agosto, o seu acampamento anual, desta feita no Parque de Campismo de Monsanto, Lisboa.

Sob o lema “Em movimento por uma vida melhor”, as três dezenas de jovens ecologistas debateram diversas questões relacionadas com o distrito de Lisboa e organizaram iniciativas que visaram alertar para algumas das causas ecologistas como os transportes, a mobilidade e as alterações climáticas, a defesa da linha ferroviária de Cascais, os espaços verdes e as florestas, a defesa do Parque Florestal de Monsanto, a produção e o consumo local, a valorização dos produtos regionais.

Entre os convidados da Ecolojovem para os debates estiveram os deputados ecologistas Heloísa Apolónia (também cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Oeiras), José Luís Ferreira e o vereador do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moura.

CES - Conselho Económico Social CPCCRD no CES

O Conselho Económico e Social (CES) fica obrigado, a partir de 17 de setembro, a cumprir a paridade de género e a incluir representantes de diversas entidades, desde pensionistas a jovens, passando pelo setor social, comunidades portuguesas e imigrantes.

A medida consta da nova lei 81/2017, que altera o regulamento do CES e que foi publicada na sexta-feira, 18 de agosto, em Diário da República, estipulando para 17 de setembro a sua entrada em vigor.

Nesta sétima alteração à lei 108/91 destaca-se a inclusão de “um representante das associações de mulheres representadas no conselho consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, coletivamente consideradas”, de acordo com o texto da lei.

Assim, e de acordo com este diploma, o CES passará a incluir dois representantes das organizações representativas dos reformados, pensionistas e aposentados, do Conselho Nacional de Juventude e da Federação Nacional das Associações Juvenis, cada um com um representante no CES, do Conselho das Comunidades Portuguesas, com dois representantes, e das organizações representativas de imigrantes, que passam a ter um representante naquele organismo.

O setor social passa a ser representado por três elementos — um das Instituições Particulares de Solidariedade Social, um das Misericórdias e um das Mutualidades -, enquanto a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto passa a contar com um representante no CES.



Fogo, cinzas e cidadania

Foi de júbilo e esperança a crónica do mês de julho. É de angústia e plena de interrogações a crónica do mês de setembro por tudo que ocorreu em fatídicos dias no centro do nosso País.

Ainda não se afastara o pavor que todos sentiram e já havia alguns que se lançaram a farejar culpas e a apontar responsabilidades pessoais. Não há dúvidas que ainda é forte a presença de muitos séculos de Inquisição e de muitas décadas de caça censória...

É certo que se impõe conhecer as causas, encarar as circunstâncias e prevenir males futuros mas apresenta-se impossível julgar a História: o tipo de povoamento que o passado nos legou; as migrações; as alterações operadas no mosaico agro-florestal; as oscilações políticas entre um Estado ditatorial e um neo-liberalismo permissivo...

Não se podem condenar todos aqueles que abandonaram os campos em busca de vida melhor nem os que ficaram, os velhos que não podem vencer os matagais, nem mesmo os inativos ou os ausentes que aceitam de bom grado que a mancha contínua da plantação de eucaliptos liberalizada, que é como quem diz à solta, envolva as suas casas e as dos outros e chegue mesmo à beira de estradas nacionais que são caminho de todos.

O tema insere-se numa ampla realidade cultural (que aqui se estende como uma maneira de sentir e pensar coletiva) ainda não totalmente assente na nossa sociedade: o saber se o direito à propriedade confere direitos sem limites aos possuidores incluindo além do uso, a transformação e, inclusivamente, a destruição sem olhar a consequências onde cabem o bem-estar e a segurança de todos, vizinhos e forasteiros.

Tem sido acelerada nesse sentido a evolução ocorrida na Humanidade se nos lembrarmos que há ainda relativamente pouco tempo o dono tinha todos os direitos sobre o escravo e nos primórdios da nossa civilização o *pater* tinha direito de vida e de morte sobre os filhos.

Começou esse direito a ser cercado quando sobre alguns bens recaiu um sentimento de posse coletiva, quando a sociedade impôs aos possuidores obrigações que os impediriam de dispor indiscriminadamente dos seus bens, mesmo que eles continuassem na sua posse.

Assim se passou, em primeira mão, com o património histórico-cultural.

Tudo bem longe, porém, do pensamento de Proudhon – “a propriedade é um roubo”.

A questão fixa-se com notórias assimetrias no binário cidade-campo, pois de um lado está o Mundo Urbano (urbano, dizem os dicionários, significa tratado ou cuidado) e de outro o Mundo Rural (que os mesmos dicionários dizem rústico ou agreste).

Na verdade desde há muito que as regras do viver

em comunidade, na cidade, impuseram limitações à liberdade no uso e transformação da propriedade fundiária.

Regras baseadas em conceitos cuja aplicação poderá reduzir indiretamente as diferenças que vão do quadro de vida de um cidadão ao quadro de vida de um campesino.

O conceito de ordenamento do território que conduziria a que cada hectare do País, onde quer que se localize, seja tratado em conjuntos de acordo com as características geomórficas que apresenta e as suas potencialidades naturais de uso, quer esteja incluído num parque nacional, ou seja, pertença a uma exploração florestal, tanto um lameiro como uma pedreira, um caminho ou uma autoestrada, uma charca ou uma barragem. Tudo dependerá da escala das decisões que sobre ele ocorram.

O conceito de densidade, incluído no anterior, isto é, a determinação da capacidade de uso e exploração de cada hectare e que tanto pode ser expressa em habitantes por hectare como árvores por hectare...

O conceito de algoritmo urbano que rege a relação entre o número de habitantes e as consequentes exigências de equipamentos, infraestruturas e postos de trabalho de forma a garantir um quotidiano equilibrado, seja tanto através da presença da escola, como da “caixa”.

Ligado a este conceito está o equilíbrio da relação distância-tempo de deslocação – pois uma vez que não é possível garantir as mesmas dimensões e gamas de equipamento em todo o território haverá que garantir a mobilidade eficaz tanto a utentes (à mulher que vai dar à luz, por exemplo), como ao prestador de serviços (o médico que a assiste ou a ambulância que a transporta).

Acrescente-se uma referência a um conceito que trespassa fugazmente pelas preocupações coletivas de segurança quando há fogos – o de carga térmica relacionado com o calor libertado pela combustão de alguns materiais.

Nas cidades os responsáveis regulamentaram e fiscalizam a sua utilização na construção civil, nas formas de armazenagem e manipulação desses materiais.

Este conceito ganhou presença quando há anos, em Lisboa, ardeu o Chiado ou quando há semanas, a ausência de prevenção levou a que ardesse uma torre de habitação em Londres.

Ocorre pois perguntar qual é a carga térmica de um eucaliptal onde as árvores distam escassos palmos umas das outras?

Quando é que a cidadania (o direito de viver a cidade) se estenderá ao viver no país inteiro? No litoral, no centro e no interior.

Francisco Silva Dias

Autárquicas 2017

Maior escola de natação do país mora em Loures



A GesLoures E.M. é a mais antiga empresa municipal portuguesa, tendo sido criada em 1992 pelo Município de Loures. Vocacionada para a prestação de serviços à comunidade, no âmbito da gestão das quatro piscinas municipais construídas pelo Município de Loures, em Loures, Santa Iria de Azóia, Portela e Santo António dos Cavaleiros, a GesLoures é ainda a maior escola de natação do País, com um palmarés invejável, a que somou a renovação do título de Campeã Nacional de Natação

Sincronizada, no passado mês de julho.

De acordo com Paulo Piteira, vice-presidente da Câmara Municipal de Loures e presidente do Conselho de Administração da empresa municipal, são três as prioridades da atual equipa dirigente – “a viabilização económica e financeira da empresa e a promoção da sua sustentabilidade, o alargamento do universo de utilizadores destinatários das atividades e o reforço da qualidade do serviço prestado aos municípios do Concelho de Loures”.

Nos 25 anos de atividade que já leva (completados em junho), “a GesLoures contribuiu para a melhoria da qualidade de vida de mais de 70 mil pessoas, destacando o trabalho realizado junto de crianças, jovens e idosos. Igualmente indispensável é uma referência à importância desde sempre dada à integração de pessoas portadoras de deficiência e também à intervenção na área da reabilitação física”, refere Paulo Piteira.

Foi em 1992, logo no ano de criação da escola de natação da GesLoures, que atletas do concelho estiveram presentes nos Jogos Paralímpicos, naquele ano realizados em Barcelona. De então para cá, isto é em todas as edições das paralimpíadas, os nadadores da maior escola de natação do País estiveram presentes e conquistaram medalhas.

“A nossa história é motivo de satisfação, mas constitui também motivação para continuar a desenvolver e aplicar processos de melhoria contínua, que nos permitam continuar a cumprir o nosso compromisso: a promoção do serviço público de qualidade”, diz o presidente do Conselho de Administração, acrescentando que a GesLoures é “uma empresa de sucesso pelo número de utentes que serve, pelos provas que já venceu, e porque faz tudo isto sendo uma empresa financeiramente sustentável”.

E uma das provas mais recentes foi o Campeonato Nacional de Natação Sincronizada, com a equipa do concelho de Loures a renovar o título de campeã, vencendo na classificação de categoria absoluta, seguida pelo Clube de Natação de Felgueiras e pelo Ovar Sincro Clube de Natação. No *open*, que decorreu de 7 a 9 de julho, participaram 187 nadadoras, em representação de 18 clubes.

Barreiro

TCB movidos a gás natural

A Câmara Municipal do Barreiro viu aprovada a candidatura que fez a fundos comunitários (FEDER) o que lhe permitirá renovar totalmente a frota de autocarros dos Transportes Coletivos do Barreiro (TCB).

A comparticipação dos fundos europeus é superior a três milhões e meio de euros e vai trazer para o concelho do Barreiro e parte do da Moita 60 novos autocarros movidos a gás natural. Por seu turno, os TCB investem 18 milhões de euros, na renovação total da frota, com veículos “amigos do ambiente” que começam a circular até final de 2018.

Além dos TCB, outros operadores de transportes coletivos viram igualmente aprovadas candidaturas ao Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), entre os quais a Carris. Na globalidade das candidaturas, o investimento comunitário ascende aos 145 milhões de euros.

Entretanto, em 2017, ano em que assinalam o 60.º aniversário, os TCB inauguraram um serviço de bicicletas elétricas partilhadas – TCBikes –, disponível com um título dos transportes do Barreiro.



Comunicação social

Altice (PT/Meo) compra TVI

O grupo Altice, dono da PT Portugal, comprou o Grupo Media Capital, detido pela empresa espanhola Prisa, por 440 milhões de euros. A anunciada compra pela Altice do Grupo Media Capital, onde se inclui o canal de televisão TVI e a produtora de conteúdos, Plural, não só é um negócio de milhões, como um negócio de grande concentração de capital. A PT/Altice, que já dispõe do controlo da rede de televisão digital terrestre (TDT), que já detém a maior operadora de televisão por cabo (MEO) e 30% do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) assumirá toda a dominação, da produção à emissão, da distribuição às comunicações de emergência. Trata-se de uma concentração sem precedentes nesta área.

Entretanto, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) instaurou 124 autos de notícia nas inspeções feitas à PT/MEO, tendo recolhido, designadamente, “evidências da existência de situações de assédio” aos trabalhadores. A inspeção da ACT resultou de denúncias feitas pelos sindicatos.

A Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), cujo parecer é vinculativo ainda não se pronunciou sobre a aquisição pela Altice do Grupo Media Capital, no entanto, trabalhadores da TVI contactados por *A Voz do Operário* afirmam que o que lhes foi comunicado foi que o novo proprietário só no início de 2018 assumirá o controlo do Grupo.

Questionado pelo grupo parlamentar do PCP, no debate sobre o estado da nação do mês de junho, o primeiro-ministro António Costa disse estar muito apreensivo com a evolução da PT nas mãos da Altice. “Receio bastante que a forma irresponsável como foi feita aquela privatização [pelo anterior Governo PSD/CDS-PP] possa dar origem a um novo caso Cimpopor, com um novo desmembramento que ponha não só em causa os postos de trabalho, como o futuro da empresa”. A questão colocada pelos deputados comunistas remetia para os problemas verificados com as operadoras de telecomunicações, nos incêndios do Pinhal Interior, com o primeiro-ministro a criticar as mesmas: “Espero que a autoridade reguladora [para as telecomunicações] olhe com atenção o que aconteceu com as diferentes operadoras nestes incêndios

de Pedrógão Grande. Compreenderá certamente que houve algumas que conseguiram sempre manter as comunicações e houve outra que esteve muito tempo sem conseguir comunicações nenhuma - e isso é muito grave”. António Costa referia-se à PT/MEO,



em declarações proferidas um dia antes de ser conhecido o negócio entre a Altice e a espanhola Prisa, dona do Grupo Media Capital.

Depois de o mesmo ser conhecido, o primeiro-ministro suavizou o discurso, exigindo apenas que a “TVI mantenha a independência informativa”.

Trabalhadores e partidos de esquerda têm-se mostrado muito apreensivos com o negócio PT/Altice, mormente com o que poderá significar para o País e em termos de direitos laborais. Os sindicatos convocaram uma greve para 21 de julho contra a transferência de trabalhadores para outras empresas do grupo Altice. Em 30 de junho, a PT Portugal anunciou internamente que iria transferir 118 trabalhadores para empresas do grupo Altice e Visabeira. No início do mês passado, a operadora tinha anunciado a transferência de 37 trabalhadores da área informática da PT Portugal para a Winprovit. Os sindicatos decidiram ainda avançar com providências cautelares em vários tribunais e exposições sobre a atual situação junto do Presidente da República, do presidente da Assembleia da República, do primeiro-ministro, do ministro do Trabalho e da Autoridade para as Condições do Trabalho.

No dia 26 de agosto, a agência Lusa dava a conhecer o relatório produzido pelos inspetores da

ACT em que é referido que os resultados das ações inspetivas levadas a cabo pela ACT na PT/MEO, entre janeiro e julho deste ano, a que a Lusa teve acesso, “o valor mínimo total da moldura da coima associado às infrações objeto de auto de notícia é de 1.574.861,75 euros” e o valor máximo é de 4.844.974,25 euros.

No decorrer das inspeções, foi “sinalizada a existência de comportamentos repetidos, indesejados e humilhantes com potencial para causar danos na integridade moral da pessoa visada” e foram recolhidas “evidências da existência de situações de assédio”, tendo sido instaurados processos de contraordenação. A ACT afirma também ter constatado “factualidade que deu origem a processos de contraordenação relativamente a violação de disposições constantes de Instrumentos de Regulamentação Coletiva

de Trabalho; falta de pagamento pontual de retribuições; reintegração de trabalhador após despedimento ilícito; vigilância da saúde no trabalho; mobilidade funcional; compensação e descontos na retribuição; registo de pessoal; mapa de horário de trabalho”.

As preocupações com a situação laboral da operadora de telecomunicações passam pelas cerca de 1.400 rescisões contratuais em dois anos, pelos cerca de 300 trabalhadores que ficaram sem funções, a que se junta a mudança de mais de 150 funcionários para empresas do grupo da multinacional de comunicações e conteúdos Altice, que detém a PT Portugal, recorrendo à figura de transmissão de estabelecimento.

Em declarações à comunicação social, o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos afirmou que este processo não passa de “despedimento encapotado”, e que a Altice é um “grupo económico com uma história muito triste”, que “tem uma malapata com a lei”. Arménio Carlos lembrou que, “em cerca de dois anos de presença em Portugal, a Altice já pagou coimas superiores a 110 mil euros à Autoridade para as Condições do Trabalho” e exigiu a intervenção do Governo.

A.G. e C.R. com agências

Cova da Moura

Quando o racismo sai da toca

Em fevereiro de 2015, seis jovens entraram na esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (localizada na mesma rua da 64ª esquadra PSP de Alfragide). Segundo estes estariam à procura de informação sobre um amigo que tinha sido detido. Segundo a polícia, os jovens estariam a tentar invadir a esquadra.



Depois de uma investigação de dois anos, o Ministério Público (MP), naquela que é uma acusação inédita em Portugal, acusou 18 polícias da esquadra de Intervenção de Fiscalização Policial de tortura, sequestro, injúria e ofensa à integridade física qualificada, agravados pelo ódio e discriminação racial.

Em setembro deste ano o MP pediu também a suspensão destes polícias das suas funções. O MP acredita que os polícias constituem um “risco de segurança e tranquilidade públicas”, uma vez que dizem não tratar-se de um caso isolado, “não se trata da invocação de um perigo abstrato, no sentido em que, para além deste processo, existem outros. A título meramente exemplificativo estão pendentes e são da titularidade do ora signatário pelo menos três inquéritos em que são descritas condutas semelhantes com algum ou alguns dos intervenientes neste processo”.

Dos 18 acusados, quatro mantêm-se em funções na mesma esquadra. Os restantes foram deixando Alfragide, ainda que por motivos não relacionados com o processo.

Lúcia Gomes, advogada dos 6 jovens, está também convicta de que se trata de um caso de racismo, tendo em conta as ofensas de cariz racial que os polícias proferiram aos jovens enquanto os agrediam.

Ainda assim, até agora a Direção Nacional da PSP ainda não suspendeu os polícias, tal como determina o MP. Para a PSP a presunção de inocência mantém-se até que o caso transite em julgado.

Tanto para a advogada como para o Ministério Público este é um caso de racismo. Mas muitos dos especialistas nesta matéria dizem que Portugal continua a negar que seja um país racista. Joana Gorjão Henriques, jornalista que se tem dedicado a estudar o racismo em Portugal relata que “a sociedade portuguesa não se reconhece como racista e como tal torna-se ainda mais difícil combater o racismo”. Para a jornalista, os incidentes da Cova da Moura não são casos isolados, “Este caso não é isolado. Esperemos é que não seja a prática comum da Polícia, mas é bom que a Polícia possa reconhecer que estas práticas existem para as poder combater. Mas acho que a Polícia não tem feito esforço. Há necessidade de admitir o problema, senão não teremos solução para ele.”

Para Joacine Katar Moreira, investigadora no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), o que aconteceu na Cova da Moura é “um exemplo do racismo estrutural da sociedade portuguesa, que se manifesta nas relações de poder e na atrofiação desse poder, que em vez de proteger, unir e garantir a paz social, discrimina, separa e hierarquiza os cidadãos com base nas suas origens, no seu tom de pele e no seu código postal.” E concorda com Joana Gorjão Henriques quando diz que em Portugal existe uma grande resistência, “da assunção integral da sua História. Durante muito tempo optou-se por uma visão romântica da Colonização, da Escravatura e do Tráfico de pessoas escravizadas que persiste até hoje. Muito se tem falado sobre isto,

há trabalhos de investigação sérios que apontam para a necessidade de reescrevermos a História de Portugal, mas isso implica uma mudança a vários níveis e um reconhecimento que no final das contas, interessa a quem no País?”

O historiador Francisco Bethencourt estudou o fenómeno do racismo no seu livro *Racismos: das cruzadas ao século XX* e chegou também à conclusão que Portugal nega o seu passado e o seu presente como país racista.

O autor defende a tese de que o racismo surge como projeto político, ou seja, surge quando um grupo quer deter certos privilégios numa sociedade e para isso recorre a práticas discriminatórias contra outros grupos. Na sua obra, o historiador compara diferentes projetos de colonialismo e chega à conclusão que a prática portuguesa de miscigenação no Brasil não tem a ver com uma bondade intrínseca aos portugueses, mas sim com imperativos práticos. As plantações da cana do açúcar eram um tipo de trabalho mais exigente que as plantações de algodão nos Estados Unidos da América e como tal requeriam mais reposição de mão-de-obra. Por outro lado a percentagem de mulheres na emigração portuguesa era muito reduzida. Ou seja, por um lado no Brasil havia uma população negra alta que era necessária ser mantida no seu lugar, por outro lado existiam poucas mulheres brancas para se reproduzirem com homens brancos. Assim foi necessário criar uma população mista que servisse como tampão entre a população branca e a população negra.

Em entrevista ao jornal *Público* o autor volta a referir os pontos essenciais da sua tese. “Por isso, o sistema colonial português é um sistema baseado em discriminação racial mas não em segregação. Isto é o grande contraste com o sistema britânico. O racismo português é próximo do racismo espanhol, é baseado na discriminação e não tanto na segregação. Mas eu recuso as ideias do Gilberto Freyre de harmonia racial e acho que o racismo está lá desde o princípio”.

E acrescenta que é necessário desconstruir essa visão porque ela é prejudicial na sociedade portuguesa. “Existe uma ideologia luso-tropical enraizada em Portugal, visão passadista e errada, que dificulta a viragem para o futuro das nossas relações com os países lusófonos (...) Existia margem de negociação que tornou o sistema escravagista brasileiro relativamente mais flexível, com a criação de uma categoria intersticial de emancipados, mas esta margem não alterou o sistema de forma radical. (...) Tem que haver uma certa consciência histórica do passado que não passa por ignorar problemas e metê-los debaixo do tapete. (...) Porque há uma conceção da direita portuguesa segundo a qual falar do racismo é um crime de lesa-pátria e eu acho que prejudica profundamente a pátria ignorar [estes problemas], fingir que eles não existem. Ou, pior do que isso, projetar uma imagem de harmonia que nunca existiu. Uma comunidade histórica só progride se tiver uma relação de honestidade com o seu próprio passado. Os passados de qualquer país não são limpos e assépticos”.

Cátia Rodrigues

Catalunha

Conveniente “terrorismo” em vésperas de referendo

Agência Lusa, 12 de setembro de 2017 – “O Ministério Público da Catalunha deu hoje instruções a todos os corpos de polícia desta região para impedirem o referendo de autodeterminação convocado pelo executivo regional, para se realizar a 1 de outubro, e proibido pela justiça espanhola. As diretrizes parecem dirigidas em particular à polícia regional catalã (Mossos d’Esquadra), que depende diretamente do Governo regional, que insiste na realização do referendo sepa-

que a sua prioridade é «velar pela segurança das pessoas» e não «retirar urnas». Em declarações a uma estação de rádio regional (RAC 1), Carles Puigdemont advertiu que se os Mossos receberem uma ordem judicial para retirar urnas, «farão o que devem fazer», que é «defender os direitos do povo e velar pela segurança das pessoas». Puigdemont voltou a assegurar que em 1 de outubro próximo haverá um referendo sobre a independência da Catalunha.

org, a Rede de Solidariedade Popular da Catalunha refere que as 24 vítimas mortais do atropelamento na capital catalã foram “vilmente assassinadas” e demonstra que o atentado foi perpetrado “sob a bandeira falsa do terrorismo”, recordando que este radica numa “estratégia que, entre outras coisas, visa que as sociedades europeias acreditem que existe uma trama ou conspiração jihadista que desenvolve selvagens ações de terrorismo contra a população civil” e que



ratista que a justiça espanhola suspendeu.

Segundo uma nota enviada à imprensa, o Ministério Público dirigiu-se a «todas as forças da polícia» - Guardia Civil, Policía Nacional e Mossos d’Esquadra - para lhes dar instruções no sentido da necessidade de atuarem contra as autoridades, funcionários ou particulares, «com o fim de evitar que se cometam delitos». «Os agentes de polícia [...] irão adotar diretamente as medidas necessárias para apreender os meios ou instrumentos destinados a preparar ou organizar o referendo ilegal», segundo o documento.

Entre essas medidas, a magistratura refere a apreensão de «urnas, boletins de voto, manuais para os membros das mesas, impressos eleitorais, propaganda eleitoral, elementos informáticos, assim como todo o material de difusão, promoção ou execução do referendo ilegal».

O presidente do Governo da Catalunha, Carles Puigdemont, pediu esta manhã às autoridades de Madrid para «deixarem em paz» os Mossos d’Esquadra, sublinhando

O Tribunal Constitucional espanhol suspendeu na semana passada, como medida cautelar, todas as leis regionais aprovadas pelo Parlamento e pelo Governo da Catalunha que dão cobertura legal ao referendo de 1 de outubro.

O conflito entre Madrid e a região mais rica de Espanha, com um PIB superior ao de Portugal, cerca de 7,5 milhões de habitantes, um terço da área de Portugal, uma língua e culturas próprias, arrasta-se há várias décadas”.

Razões de um atentado

As iniciativas do Governo central de Espanha não se fizeram esperar após o alegado atentado terrorista de 17 de agosto passado em Barcelona, revelando que o “terrorismo” tem causas que visam essencialmente a manutenção do sistema capitalista, quando mais vozes contra o mesmo e em todo o mundo se levantam.

Num artigo publicado no *nuevaradio*.

ao “desviar as atenções e «construir» um inimigo da «civilização ocidental», alimentando a divisão, o ódio e a islamofobia, se adotam medidas cada vez mais repressivas, reduzindo os direitos humanos”.

No extenso trabalho de investigação desenvolvido, o *nuevaradio.org* conclui que “o massacre de 17 de agosto em Barcelona só pode ter sido uma ação de bandeira falsa, atribuída a pessoas sem qualquer vínculo ao terrorismo islâmico” e que a escolha desta região de Espanha e a data escolhida apontam para um “importantíssimo objetivo” do governo espanhol de direita (Partido Popular): “atingir a Catalunha num momento chave que pode levar à libertação do seu povo”, com a vitória do sim no referendo marcado para 1 de outubro, sobre a independência da Catalunha, algo que a União Europeia e o grande capital transnacional querem impedir a todo o custo. Mesmo ceifando vidas.

A.G. com agências

Nações Unidas

Fome aumenta no mundo

A fome está a aumentar novamente no mundo após uma diminuição constante durante mais de dez anos e atingia 815 milhões de pessoas em 2016, ou seja, 11% da população mundial, indica um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).

O estudo sobre a segurança alimentar mundial refere que o aumento de 38 milhões de pessoas com fome o ano passado se deve “em grande parte à proliferação dos conflitos violentos e aos desastres climático”.

O relatório é publicado por três agências da ONU, a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), a que se juntaram pela primeira vez o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

No total, cerca de 155 milhões de crianças menores de cinco anos registam atrasos de crescimento devido à fome, segundo o relatório.

A maior proporção de crianças com fome ou desnutridas concentra-se em zonas de conflito.

O relatório considera preocupante, por outro lado, o facto de 41 milhões de crianças menores de cinco anos ter excesso de peso, o que aumenta o risco de obesidade e de doenças na idade adulta.

“Estas tendências são uma consequência não apenas dos conflitos e das alterações climáticas, mas também das mudanças profundas dos hábitos alimentares” e da pobreza ligada à “desaceleração económica”, refere um comunicado com uma síntese do relatório.

Segundo as agências da ONU, 520 milhões de pessoas com fome encontram-se na Ásia, 243 milhões em África e 42 milhões na América Latina e Caraíbas. De acordo com aqueles números, 11,7% da população asiática passa fome, assim como 20% da africana e 6,6% da América Latina e Caraíbas.

Dos 815 milhões de pessoas com fome no mundo em 2016, 489 milhões viviam em países afetados por conflitos.

Agenda:

Cartazes cubanos

Até 16 de setembro, a Associação Zé dos Bois exibe uma coleção de cartazes cubanos que abarcam a história do país entre 1960 e 1980, ou seja, logo após o triunfo da Revolução e no período da “guerra fria”. A mostra, integrada na Lisboa 2017 – Capital Ibero-americana de Cultura, pode ser visitada de quarta a sábado, entre as 18 e as 22 horas.

As mulheres e o trabalho

No Moinho de Maré de Alhos Vedros, Moita, está patente, até abril, a exposição “As mulheres e o trabalho: a indústria de vestuário no concelho da Moita”. Para ser vista de quinta a domingo, entre as 14:30 e as 18 horas.

Comemorações bocagianas

O poeta sadino é evocado ao longo do mês de setembro, pela Câmara Municipal de Setúbal, com um vasto conjunto de iniciativas de que se destacam “Bocage a la Carte”, em que o ator José Nobre leva a poesia bocagiana a vários espaços públicos das cinco freguesias do concelho e a “Noite Bocagiana”, evento integrado no programa “Verão na Baixa 2017”, que tem lugar dia 16, com as lojas abertas fora de horas e um conjunto de iniciativas em diversos pontos do centro histórico, a partir das 20:30 horas. No dia 30, o poeta sadino é evocado na iniciativa “Bocage à Solta”, que tem início às 21 horas, no Pátio do Dimas da Casa da Cultura, com declamação de poesia.

O programa das Comemorações Bocagianas (disponível em www.mun-setubal.pt) integra outras iniciativas, entre atividades culturais, desportivas e de lazer. Os vinhos e a gastronomia da região estão em destaque entre os dias 14 e 17 de setembro, na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, no Setúbal Wine & Flavours, evento que inclui uma feira, exposição, provas de vinhos comentadas, showcooking, degustações e workshops.

A pessimista n'A Barraca

“A Pessimista é uma ironia sobre o comportamento calculista e hesitante do cidadão comum; e também uma sátira ao cinismo e pedantismo que analistas e fazedores de opinião lançam sobre a Humanidade. Claro que estes comportamentos são garantia de sucesso numa sociedade insegura e anémica. Por isso, a peça é uma comédia”. É assim que Helder Mateus Costa descreve a sua peça interpretada por Teresa Mello Sampayo e em cena n'A Barraca até 1 de outubro.

Venda antecipada do “Livro dos 135 anos d'A Voz do Operário”



Atriz portuguesa Morreu a atriz Fernanda Borsatti



A atriz portuguesa Fernanda Borsatti morreu no dia 14 de setembro aos 86 anos, no Hospital da CUF, em Lisboa, vítima de doença prolongada, revelou a Casa do Artista.

Nascida em Évora, a 1 de setembro de 1931, Fernanda Borsatti interpretou os mais diversos géneros teatrais, desde revista a comédia, passando pelas peças dramáticas. Ao longo da carreira artística, passou por mais de dez companhias de teatro, entre as quais o Teatro Maria Vitória, a Companhia Laura Alves, a Companhia Raul Solnado, o Teatro Maria Matos e a Casa da Comédia.

A atriz integrou o elenco do Teatro Nacional D. Maria II entre 1978 e 2001 e trabalhou com realizadores como Henrique Campos ou José Fonseca e Costa. No Teatro D. Maria II participou nas peças “O Bicho”, “O Tempo Feminino”, “O Fidalgo Aprendiz” (com Ruy de Carvalho), “Passa por mim no Rossio”, “As Fúrias”, “O Crime da Aldeia Velha” e “Não Digas Nada”, entre outras. Entre as longas-metragens que integrou no cinema, contam-se “Sangue Toureiro”, “Pão, Amor...e Totobola”, “Domingo à Tarde”, “O Diabo era Outro”, “O Ladrão de quem se fala”, “A mulher do próximo”, “O Querido Lilás” e “A Corte do Norte”.

Na televisão integrou séries, ‘sitcoms’ e telenovelas, como “A vida privada de Salazar”, “Doce Fugitiva”, “Inspetor Max”, “Residencial Tejo”, “Lá em casa tudo bem”, “Gente fina é outra coisa”, “Eu show Nico” ou “A Dama das Camélias”.

Em 2007, Fernanda Borsatti recebeu a Medalha de Mérito Municipal, no seu Grau Ouro, da Câmara Municipal de Lisboa.

Bairro das Artes Arte contemporânea em Lisboa

A iniciativa cultural Bairro das Artes regressa a Lisboa em 8.ª edição, a 21 de setembro, com eventos culturais em 37 espaços ligados à arte contemporânea, de museus a galerias de arte, centros culturais e livrarias. De acordo com a organização, o evento, de entrada gratuita, irá decorrer entre as 19 e as 23 horas, com visitas guiadas e manifestações artísticas nas áreas de pintura, fotografia, instalação, desenho, gravura, música, joalheria e, pela primeira vez, arquitetura.

A edição de 2017 do Bairro das Artes contempla a participação da quase totalidade dos espaços ligados à arte contemporânea, com programação regular na 7.ª colina de Lisboa, mantendo-se os dois eixos que definem a génese do evento cultural. Segundo a organização do even-

to, “a zona entre o Rato e o Cais do Sodré tem a maior concentração de galerias e espaços de arte contemporânea em Lisboa com actividade regular e programática.” Assim “esta iniciativa marca a rentrée cultural de Lisboa e é uma referência na arte contemporânea da cidade, ligando os diversos públicos e os vários agentes culturais.”

O Bairro das Artes é uma organização da associação Isto Não É Um Cachimbo, um evento anual, criado em 2010, que visa promover a arte contemporânea na Sétima Colina de Lisboa.

A iniciativa tem parceria institucional da Câmara Municipal de Lisboa, da Imprensa Nacional - Casa da Moeda e das juntas de freguesia da Misericórdia e de Santo António.

Salários CGTP-IN reivindica aumento de 4%

Em conferência de imprensa realizada no dia 7 de setembro, Arménio Carlos deu a conhecer a política reivindicativa da central sindical de que é secretário-geral. A CGTP-IN quer que os salários cresçam 4% e que o salário mínimo nacional evolua para 600 euros. A reposição da idade de reforma nos 65 anos ou 40 anos de carreira contributiva também são exigidas.

Embora reconheça e valorize “os avanços obtidos em vários domínios com medidas de recuperação de rendimentos e de melhoria salarial, o aumento, ainda que insuficiente, nas pensões, a diminuição de injustiças fiscais (como a eliminação da sobretaxa do IRS) e, em geral, o reforço dos serviços públicos”, a Intersindical Nacional considera que os mesmos “são tímidos” não só devido à “política de empobrecimento do País” prosseguida pelo anterior Governo PSD/CDS-PP e “à perda de direitos dos trabalhadores, dos desempregados e dos pensionistas, mas também a problemas que se acumularam com a política de direita ao longo de décadas e que explicam a vulnerabilidade económica, o baixo nível salarial” e o facto de a sociedade portuguesa ser “das mais desiguais da União Europeia (UE)”.

No desenho que traça do panorama económico e social do País, a central sindical refere o “cerca de um milhão de trabalhadores com um rendimento salarial mensal líquido até 600 euros; o quarto país da UE onde a duração habitual de trabalho por semana é maior; o ganho (salário de base, subsídios, etc.) dos trabalhadores é pouco mais de metade da média da UE; Portugal é o sétimo país da UE com a mais elevada taxa de pobreza dos empregados”.

É com este pano de fundo que a CGTP-IN exige “o aumento dos salários em 2018 em, pelo menos, 4% e um acréscimo salarial não inferior a 40 euros por mês, o aumento do salário mínimo nacional para 600 euros, com efeitos a 1 de janeiro de 2018 e o aumento dos salários e o descongelamento das progressões salariais e profissionais na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado”. Bem como novas medidas em matéria de política fiscal como o “alargamento dos escalões e a sua atualização tendo em conta a inflação, por forma a tornar o IRS mais progressivo, pondo a pagar quem mais recebe e desonerando os agregados de rendimentos médios e mais baixos, o englobamento obrigatório de todos os rendimentos, sejam do trabalho ou do capital e o aumento das deduções à coleta em despesas de saúde, educação, habitação, entre outras, de forma a discriminar positivamente as famílias

de menores rendimentos e a limitar as deduções dos agregados situados nos escalões mais elevados do IRS”.

Criação de emprego com direitos

A Intersindical defende que “a precariedade é um dos fatores que mais pesa na má qualidade do emprego”, pelo que reclama do Governo de António Costa um conjunto de medidas tendentes a combatê-la, como a revogação da disposição legal que permite a contratação a termo de jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração e a eliminação da possibilidade de contratar a termo no âmbito da medida Contrato-Emprego, a “alteração dos contratos emprego-inserção tornando-o mais restritivo e, simultaneamente, prever um controlo prévio rigoroso por parte do IIEFP na celebração destes contratos com as entidades promotoras, bem como a atribuição de competências específicas à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), para a fiscalização da

execução dos mesmos e aplicação das contraordenações previstas para a sua violação” e a “efetiva fiscalização dos estágios subsidiados pelo IIEFP, impedindo que sejam usados para substituir postos de trabalho e para baixar salários. A ACT deve assumir como prioridade de ação, no âmbito do combate à precariedade laboral, a fiscalização dos contratos de estágio e das condições de trabalho dos estagiários”.

Para a consagração de direitos, a CGTP-IN considera imperioso rever e mesmo revogar muita da legislação laboral aprovada nos últimos anos e, naturalmente, o imediato desbloqueio da contratação coletiva, assim como exige “a alteração dos regimes mais gravosos de flexibilização do tempo de trabalho (designadamente os regimes de adaptabilidade e de banco de horas individual e grupal), no sentido de permitir aos trabalhadores uma efetiva conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar” e a “garantia dos dois dias de descanso semanal consecutivos – sábado e domingo em geral – e a consagração, no mínimo, de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores”.

Entre as muitas medidas que a central sindical reclama está a reposição da idade de reforma nos 65 anos e a possibilidade de “todos os trabalhadores com carreira contributiva de pelo menos 40 anos terem acesso à pensão de velhice sem penalização. Aumento de pensões e reformas, combate à pobreza e defesa dos serviços públicos “universais e de qualidade” também constam do documento que vai ser remetido ao Executivo de António Costa.



A Voz do Operário há 100 anos

Greve geral

“O presente número d’A Voz do Operário estava composto a fim de entrar na máquina, para sair no domingo último. A greve geral, a que logo a classe tipográfica se ligou na sexta-feira, fez com que A Voz não pudesse ser impressa no sábado. Assim, o número de hoje, fora ligeiras modificações, é o que estava composto para sair a semana passada”.

16 de setembro de 1917

Ganância desenfreada

“Fez o comércio, nomeadamente o pequeno comércio, uma violenta e intensa campanha contra as tabelas dos preços dos géneros que – afirmava – eram a origem de desenfreadas especulações e a causa da falta de muitos géneros no nosso mercado. (...) A atestar que as tabelas para alguma coisa serviam, demonstra-o o facto de estarmos pagando agora os carapaus e as sardinhas de tamanho médio a doze vinténs a dúzia, o azeite a 750 reis o litro, o bacalhau a 800 reis o quilo. (...) Por aqui se vê porque as tabelas não convinham nem convêm. (...) Elas eram um entrave, mesmo com os alçapões que continham, à desenfreada ganância de muita gente para quem a guerra tem sido uma mina”.

16 de setembro de 1917

Pão de trigo

“Veio à imprensa, a carta de um oficial português, na linha combativa de França, noticiando a abundância de géneros e o ótimo pão de trigo sem mistura. Em Lisboa, sucede precisamente o contrário”.

20 de setembro de 1917

Vitória

“O concelho de província do Cabo da Boa Esperança aprovou, por 20 votos a favor e 19 contra, uma proposta para que as mulheres possam ser eleitas para as vereações municipais”.

30 de setembro de 1917